



Correção da Prova - CFO

Concurso PM-PA 2021

WWW.TIMECASTRO.COM.BR



BÔNUS - Prova do CFO 2021

Prof. Emerson Castro



LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL GABARITO COMENTADO

Prova Tipo A

QUESTÃO 8

A promoção de praças da Polícia Militar do Pará é disciplinada pela Lei Estadual no 8.230/2015. Com base nessa legislação, assinale a alternativa correta.

- **(A)** A edição do ato de promoção é de competência única e exclusiva do governador do estado.
- **(B)** Não existe a possibilidade de promoção por ressarcimento de preterição.
- **(C)** A praça que estiver no exercício de cargo público civil temporário, não eletivo, poderá constar no quadro de acesso por merecimento.
- **(D)** A promoção é um ato judicial.
- **(E)** As promoções devem obedecer rigorosamente ao planejamento do setor de pessoal da corporação.

GABARITO: E

Lembramos que a Lei Estadual nº 8.230/2015 é a Lei de Promoção das PRAÇAS.

- Art. 2º A promoção é um ato administrativo e tem como finalidade básica o preenchimento seletivo das vagas pertinentes ao grau hierárquico superior, à medida que forem criadas, ativadas, transformadas ou extintas as organizações policiais militares e as funções definidas na Lei de Organização Básica da Corporação, por meio de criteriosos processos de escolha disciplinados por esta Lei.
- § 1º Compete ao Comandante Geral da Polícia Militar a edição do ato administrativo de promoção dos Praças.
- § 2º As promoções previstas nesta Lei obedecerão rigorosamente ao planejamento do setor de pessoal da Corporação, elaborado com a finalidade de garantir o perfeito equilíbrio entre o efetivo e as funções existentes.
- Art. 6º, § 3º Em casos excepcionais poderá ocorrer à promoção por ressarcimento de preterição, na forma disciplinada no art. 32.
- Art. 23. Será excluído do Quadro de Acesso por MERECIMENTO já organizado, ou dele não poderá constar, o Praça que agregar ou estiver agregado:

II- em virtude de se encontrar no exercício de cargo público civil temporário, não eletivo, inclusive da Administração Indireta;

QUESTÃO 9 _

De acordo com a Lei Estadual no 8.388/2016, a promoção que se fundamenta na precedência hierárquica de um oficial sobre os demais de igual posto é denominada promoção por

- (A) antiquidade.
- (B) bravura.
- (C) merecimento.
- **(D)** tempo de serviço.
- (E) post mortem.

GABARITO: A

Art. 7º A promoção pelo critério de ANTIGUIDADE é aquela que se baseia na precedência hierárquica de um Oficial sobre os demais de igual posto, dentro do número de vagas estabelecidas para cada quadro.

Lembramos que **as questões 08 e 09 são** de Leis que <u>NÃO CONSTAM</u> NO EDITAL PARA O <u>CFP</u> 2021.

QUESTÃO 10

O Decreto-Lei no 667/1969 foi elaborado com a finalidade de reorganizar as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal.

Considerando a referida legislação, assinale a alternativa correta.

- (A) É proibida a contratação de profissionais civis para prestar assistência médica às polícias militares, a qual somente pode ser prestada por oficiais médicos, dentistas e farmacêuticos.
- **(B)** O ingresso na carreira militar é obrigatório; assim, o recrutamento de praças para as polícias militares não obedece ao voluntariado.
- **(C)** Os policiais militares nomeados ou designados para atuarem no gabinete de vice-governador deixam de estar no exercício de função de natureza policial militar ou de interesse policial militar.
- **(D)** Em princípio, o oficial da ativa, do último posto, da própria corporação exercerá o comando das polícias militares.
- **(E)** O período em que o policial militar ocupa cargo de natureza civil temporário não-será computado como tempo de serviço para promoção por antiguidade.

#TIMECASTRO

BÔNUS - Prova do CFO 2021

Prof. Emerson Castro



GABARITO: D

Art. 10. Os efetivos em oficiais médicos, dentistas, farmacêuticos e veterinários, ouvido o Estado-Maior do Exército serão providos mediante concurso e acesso gradual conforme estiver previsto na legislação de cada Unidade Federativa. Parágrafo único. A assistência médica às Polícias Militares PODERÁ TAMBÉM SER PRESTADA POR PROFISSIONAIS CIVIS, de preferência oficiais da reserva ou mediante contratação ou celebração de convênio com entidades públicas e privadas existentes na comunidade, se assim convier à Unidade Federativa.

Art. 11. O recrutamento de praças para as Polícias Militares obedecerá ao voluntariado, de acordo com legislação própria de cada Unidade da Federação, respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento.

Art. 6º - O COMANDO das Polícias Militares será exercido, em princípio, por oficial da ativa, do último posto, da própria Corporação.

§11 - SÃO AINDA CONSIDERADOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE NATUREZA POLICIAL-MILITAR OU DE INTERESSE POLICIAL-MILITAR, os policiais-militares nomeados ou designados para:

- a) Casa Militar de Governador;
- b) Gabinete do Vice-Governador;
- c) Órgãos da Justiça Militar Estadual.
- §12 O período passado pelo policialmilitar em cargo ou função de natureza civil temporário SOMENTE PODERÁ SER COMPUTADO como tempo de serviço para promoção por antiguidade e transferência para a inatividade.

OUESTÃO 11

Em consonância com o previsto na Lei Complementar Estadual no 53/2006, que trata da organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará, assinale a alternativa correta.

- **(A)** Os <u>órgãos de direção</u> são as unidades operacionais de polícia ostensiva, considerados a atividade-fim da corporação.
- (B) A criação, a denominação, a localização, a circunscrição, a transformação, a extinção e a estruturação de órgãos de direção e execução da polícia militar são de competência do governador do estado, mediante decreto e por proposta do comandante-geral da polícia militar.
- **(C)** O Alto Comando da Polícia Militar é um órgão singular, equiparado a secretários de estado.

- **(D)** A Academia de Polícia Militar é vinculada ao Departamento-Geral de Educação e Cultura, responsável apenas pela realização de cursos de formação, sem competência para o desenvolvimento de altos estudos e pesquisas científicas de segurança.
- **(E)** Em que pese não tenha exclusividade, o oficial da Polícia Militar do Pará pode investigar infrações penais militares.

GABARITO: B

Art. 5°, § 6° Os ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO são as unidades operacionais de polícia ostensiva, que executam, por meio de diretrizes e ordens, a ATIVIDADE-FIM da corporação para cumprimento de suas missões e destinação.

Art. 55. Compete ao **GOVERNADOR DO ESTADO**, mediante decreto e por proposta do Comandante-geral da Polícia Militar, a criação, denominação, localização, circunscrição, transformação, extinção e a estruturação de órgãos de direção e execução, nos limites desta Lei Complementar.

Art. 8ºA O ALTO COMANDO da Polícia Militar é o órgão <u>colegiado</u>, com atribuições deliberativas e consultivas ...

Art. 38-A. A ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR "CEL FONTOURA" é unidade de apoio do Departamento-Geral de Educação e Cultura, responsável pela realização dos cursos de formação, adaptação e habilitação de Oficiais, bem como pelas pós-graduações dos Oficiais da Polícia Militar e pelo desenvolvimento de altos estudos e pesquisas científicas de segurança, ... (Acrescido pela Lei Complementar nº 126, de 13 de janeiro de 2020)

Art. 42, § 6º O Oficial de Polícia Militar do Pará é autoridade para investigar, **com exclusividade**, as infrações penais militares, nos termos da legislação vigente. (Acrescido pela Lei Complementar nº 126, de 13 de janeiro de 2020)

QUESTÃO 12

No que tange às espécies de punição disciplinar, descritas no Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará (Lei Estadual no 6.833/2006), a reforma administrativa disciplinar consiste no(a)

- (A) afastamento do policial militar do serviço, por prazo não superior a 15 dias, sem desconto em folha de pagamento.
- **(B)** declaração do tribunal competente a respeito da indignidade ou incompatibilidade com o



BÔNUS - Prova do CFO 2021

Prof. Emerson Castro



oficialato, com a consequente perda do posto e da patente.

- **(C)** admoestação, por escrito, lançada nos assentamentos funcionais do policial.
- **(D)** passagem do policial militar em atividade para a inatividade, em vista da constatação da falta de condições para o desempenho das suas funções no serviço ativo.
- **(E)** cerceamento da liberdade do punido, que deve permanecer nas dependências do aquartelamento.

GABARITO: D

Art. 44. A REFORMA ADMINISTRATIVA disciplinar consiste na passagem do policial militar em atividade para a inatividade, em vista da constatação da falta de condições para o desempenho das suas funções no serviço ativo.

QUESTÃO 13

Acerca da deserção, prevista no Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Estado do Pará (Lei Estadual no 5.251/1985), é correto afirmar que

- (A) o desertor que for capturado será reincluído em definitivo na polícia militar, mesmo que não haja sentença do Conselho de Justiça.
- **(B)** a deserção gera a interrupção do serviço policial militar, bem como a demissão *ex-officio* para a praça.
- **(C)** a demissão do aspirante-a-oficial será processada após seis meses de agregação.
- **(D)** ainda que o policial militar desertor apresentese voluntariamente, não será reincluído no serviço ativo.
- **(E)** haverá a exclusão automática da praça, sem estabilidade assegurada, após oficialmente declarada desertora.

GABARITO: E

Art. 126 - A **DESERÇÃO** do Policial-Militar acarreta uma interrupção do serviço Policial-Militar, com a consequente demissão "ex-offício", para o oficial, ou a exclusão do serviço ativo para o Aspirante-a-Oficial ou praça.

- **§ 1º** A demissão do oficial ou exclusão do Aspirante-a-Oficial ou da praça com estabilidade assegurada processar-se-á após 01 (um) ano de agregação, se não houver captura ou apresentação voluntária antes desse prazo.
- § 2° A praça <u>SEM ESTABILIDADE</u> assegurada <u>será automaticamente excluída</u>, após <u>oficialmente</u> declarada <u>desertora</u>.

§ 3° O Policial-Militar desertor que for CAPTURADO OU SE APRESENTAR VOLUNTARIAMENTE, depois de ter sido demitido ou excluído será reincluído no serviço ativo e a seguir agregado para se ver processar.

§ 4° A **REINCLUSÃO EM DEFINITIVO** do Policial-Militar, de que trata o parágrafo anterior, dependerá de sentença do Conselho de Justiça.

AGORA O BIZU É REVISAR

Conheça nossas Revisões entrando em contato pelo WhatsApp (91)98422-4238 ou compre direto nos links abaixo.

Revisão GRAVADA:

https://www.lojadoconcurseiro.com.br/curso/concurso/809/pm-pa-soldado-semana-de-revisao-final-online-videoaula

Revisão com transmissão AO VIVO:

https://www.lojadoconcurseiro.com.br/curso/concurso/810/pm-pa-soldado-revisao-de-vespera-dia-13-03-21-ao-vivo



"SEU SONHO É O OBJETIVO!"

BONS ESTUDOS E FÉ NA MISSÃO!!!

Prof. Emerson Castro



You Tube /professoremersoncastro



professoremersoncastro

WWW.TIMECASTRO.COM.BR